

Câmara Municipal de Vereadores de Palmitos, em 2023.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2023.

Este documento é dos Palmitenses

A Notas Explicativas não são só uma obrigação legal ou uma formalidade. É por meio deste documento que o Chefe do Poder Legislativo presta contas aos cidadãos palmitenses.

RELAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2023

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 *Natureza Jurídica da Entidade*

1.2 *Domicílio da Entidade*

1.3 *Natureza das operações e principais atividades da entidade*

1.4 *Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis*

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 *Bases de mensuração utilizadas, como: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável.*

2.2 *Novas normas e políticas contábeis alteradas*

2.3 *Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis*

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 *Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos*

4.2 *Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas*

4.3 *Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro*

4.4 *Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro*

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2023

Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

1 Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário

1.1 *Previsão da receita versus arrecadação, analisando os casos de insuficiência e excesso de arrecadação, buscando informar as causas*

1.2 *Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante*

1.3 *Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários*

1.4 *Detalhamento da execução das despesas – análise da dotação inicial versus dotação atualizada, identificando e mostrando os atos que proporcionaram o acréscimo ou a redução da despesa e destacando os tipos de crédito (iniciais, suplementares, especiais ou extraordinários)*

1.5 *Analisar a execução da despesa, considerando a dotação atualizada, a despesa empenhada, a liquidada e a paga, fazendo interferências sobre as diferenças entre cada fase, buscando sempre informar as causas do fenômeno*

1.6 Avaliar o estoque de restos a pagar processados e não processados, comparando os valores inscritos com os valores executados no exercício

2 Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial

2.1 Caixa e equivalente de caixa

2.2 Imobilizado – inclusive Reavaliações e Reduções ao valor recuperável;

2.3 Fornecedores;

2.4 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;

2.5 Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

3 Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais

3.1 Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado

3.2 Baixas de investimento

3.3 Constituição ou reversão de provisões.

4 Notas Explicativas ao Balanço Financeiro

4.1 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

4.2 Retenções tributárias

4.3 Restos a pagar processados e não processados

5 Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa

6 Notas Explicativas à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

6.1 Capital/Patrimônio Social

6.2 Resultados Acumulados

6.3 Ajustes dos exercícios anteriores

6.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Considerações Finais

Apresentação das Notas Explicativas

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Presidente em 2023: Caciano Sartori
Contadora em 2023: Sidinei Endler

Vereadores:

Adriane Terezinha Erkmann Augustin
Ana Genezini Trevisol
Astir Bruckmann
Caciano Sartori
Claudiomar da Silva
Diluan Luiz Palombit
Rafael Dutra Dacroce
Rodemar Leocir Kussler
Roselene Ebertz
Vanessa Sgarbi
Caciano Sartori

Microrregião: Microrregião do Oeste de Santa Catarina
Aniversário: 02/03
Habitantes: 15626 (IBGE/2022)
Eleitores: 12147 (TSE/2023)
PIB: R\$ 913.735.120,00 (IBGE/2021)

Localização: Oeste de Santa Catarina e Sul do Brasil
Área: 351 Km quadrados
Altitude: 406 m. acima do nível do mar
Limites: São Carlos, Cunhataí, Caibi e Cunha Porã.

Em 2023 o Município de Palmitos, SC, completou 69 anos de emancipação e 97 anos de fundação.

1.1 Natureza Jurídica da Entidade

O Município de Palmitos SC é pessoa jurídica de direito público, CNPJ 85.361.863/0001-47, com natureza jurídica 124-4 Município, na forma de Ente Federativo.

A Câmara Municipal de Vereadores de Palmitos é Órgão Público do Poder Legislativo Municipal, com natureza jurídica 106-6, CNPJ 04.834.120/0001-45, tendo como Ente Federativo responsável o Município de Palmitos, SC.

1.2 Domicílio da Entidade

Tem sua sede em prédio próprio, situado na Rua Lauro Muller, 425, Centro, Palmitos-SC, CEP 89887-000.

1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade

A atividade econômica principal é Administração Pública em Geral, CNAE 84.11-6-00.

1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Declaração Plena

Com base na análise dos Demonstrativos Contábeis, DECLARO que os mesmos REFLETEM ADEQUADAMENTE a situação ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e PATRIMONIAL.

Na contabilidade o patrimônio está representado pelo valor de aquisição e depreciado pelo método linear. Mas como a Câmara não possui comissão de patrimônio constituída, este não está sendo reavaliado adequadamente.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de mensuração utilizadas, como: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável.

Ativos

Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

Direitos, créditos e valores a longo prazo

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Estoques

A Câmara de Palmitos teve em 2023 um estoque final de R\$ 786,27 composto da seguinte forma:

Produtos	Valor R\$
Material de limpeza e higienização	430,34
Material de copa e cozinha	120,93
Material de expediente	235,00
TOTAL	786,27

Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. A Câmara Municipal de Palmitos, SC possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação. A Câmara municipal de Palmitos, SC não obteve em 2022 ativos do imobilizado obtidos a título gratuito.

A Câmara de Palmitos ainda não possui uma comissão permanente de servidores, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, denominada, comissão para realizar os procedimentos contábeis patrimonial da Câmara Municipal de Palmitos, SC.

Reconhecimento dos ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os

registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado.

Depreciação

Os bens são depreciados com base na vida útil do bem. Como não houve nenhuma reavaliação nos últimos anos os bens estão lançados com o valor da aquisição.

A Câmara Municipal de Palmitos, SC, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Intangível

A Câmara Municipal de Palmitos SC não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

Passivos

Obrigações

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações pós-fixadas são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. Férias são passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos. As informações foram recebidas do Departamento de Recursos Humanos.

Patrimônio líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Ajustes de exercícios anteriores

A Câmara Municipal de Palmitos SC, optou por seguir o padrão estabelecido pela STN em relação a contabilização à conta de ajuste de exercícios anteriores. Os ajustes de exercício anteriores referem-se principalmente pela mudança da nova política contábil.

Restos a Pagar

A Câmara de Palmitos SC não possui restos a pagar.

Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

A Câmara Municipal de Palmitos SC, adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência definido pelas NBCASP.

Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou em outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual. A regra é a primeira da área convergida às internacionalmente aceitas e vai nortear toda a contabilidade pública. Um dos principais pontos da norma é a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social.

Em agosto de 2018 o Grupo Assessor (GA) da Área Pública do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) realizou reunião onde ficou definido as novas normas convergidas devem ser publicadas até o fim do exercício de 2018:

O Grupo Assessor (GA) da Área Pública do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) realizou, nos dias 7 e 8 de agosto, a 24ª Reunião Ordinária de trabalho. A equipe dá seguimento ao processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) ao padrão internacional, emitido pelo International Public Sector Accounting Standards Board (Ipsasb), que deverão ser publicadas, gradualmente, até 2021.

Entre os destaques da pauta, os membros do GA deliberaram sobre as contribuições recebidas às normas que estavam disponíveis em audiência pública, para consulta pelo público em geral, até o dia 16 de julho de 2018. São elas: NBC TSP 13 – Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis, referente à Ipsas 24 – Presentation of Budget Information in Financial Statements. NBC TSP 16 – Demonstrações Contábeis Separadas, referente à Ipsas 34 – Separate Financial Statements; NBC TSP 17 – Demonstrações Contábeis Consolidadas, convergida a partir da Ipsas 35 – Consolidated Financial Statements; NBC TSP 18 – Investimento em Coligadas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, relativa à Ipsas 36 – Investments in Associates and Joint Ventures; NBC TSP 19 – Contratos Conjuntos, baseada na Ipsas 37 – Joint Arrangements; NBC TSP 20 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, relativa à Ipsas 38 – Disclosure of Interests in Other Entities; e a NBC TSP 21 – Combinação Operações e Entidades, referente à Ipsas 40 – Public Sector Combinations. As normas deverão ser publicadas até o final do ano. (<https://cfc.org.br/noticias/ga-das-normas-brasileiras-de-contabilidade-aplicadas-ao-setor-publico-realiza-24a-reuniao/>)

A Câmara Municipal de Palmitos, SC, atende as exigências das NBCASPs vigentes, e busca acompanhar as novidades das novas normas e políticas contábeis previstas:

Nova Numeração	Resolução CFC	Nome da Norma	CORRELAÇÃO	CORRELAÇÃO
			CPC	IASB
NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL	DOU 13/12/2019	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	CPC 00R2	Framework

NBC TG 01 (R4)	DOU 22/12/2017	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01R1	IAS 36
NBC TG 02 (R3)	DOU 22/12/2017	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	CPC 02R2	IAS 21
NBC TG 03 (R3)	DOU 22/12/2016	Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03R2	IAS 7
NBC TG 04 (R4)	DOU 22/12/2017	Ativo Intangível	CPC 04R1	IAS 38
NBC TG 05 (R3)	DOU 01/12/2014	Divulgação sobre Partes Relacionadas	CPC 05R1	IAS 24
NBC TG 06 (R3)	DOU 22/12/2017	Arrendamentos	CPC 06R2	IFRS 16
NBC TG 07 (R2)	DOU 22/12/2017	Subvenção e Assistência Governamentais	CPC 07R1	IAS 20
NBC TG 08	1.313/10	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	CPC 08R1	IAS 39(part)
NBC TG 09	1.138/08	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	CPC 09	Não há
NBC TG 10 (R3)	DOU 22/12/2017	Pagamento Baseado em Ações	CPC 10R1	IFRS 2
NBC TG 11 (R2)	DOU 22/12/2017	Contratos de Seguro	CPC 11	IFRS 4
NBC TG 12	1.151/09	Ajuste a Valor Presente	CPC 12	Não há
NBC TG 13	1.152/09	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	CPC 13	Não há
NBC TG 15 (R4)	DOU 22/12/2017	Combinação de Negócios	CPC 15 R1	IFRS 3
NBC TG 16 (R2)	DOU 22/12/2017	Estoques	CPC 16R1	IAS 2
NBC TG 18 (R3)	DOU 22/12/2017	Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	CPC 18R2	IAS 28
NBC TG 19 (R2)	DOU 06/11/2015	Negócios em Conjunto	CPC 19R2	IFRS 11
NBC TG 20 (R2)	DOU 22/12/2017	Custos de Empréstimos	CPC 20	IAS 23
NBC TG 21 (R4)	DOU 22/12/2017	Demonstração Intermediária	CPC 21	IAS 34

NBC TG 22 (R2)	DOU 06/11/2015	Informações por Segmento	CPC 22	IFRS 8
NBC TG 23 (R2)	DOU 22/12/2017	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23	IAS 8
NBC TG 24 (R2)	DOU 22/12/2017	Evento Subsequente	CPC 24	IAS 10
NBC TG 25 (R2)	DOU 22/12/2017	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25	IAS 37
NBC TG 26 (R5)	DOU 22/12/2017	Apresentação das Demonstrações Contábeis	CPC 26R1	IAS 1
NBC TG 27 (R4)	DOU 22/12/2017	Ativo Imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 28 (R4)	DOU 22/12/2017	Propriedade para Investimento	CPC 28	IAS 40
NBC TG 29 (R2)	DOU 06/11/2015	Ativo Biológico e Produto Agrícola	CPC 29	IAS 41
NBC TG 31 (R4)	DOU 22/12/2017	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	CPC 31	IFRS 5
NBC TG 32 (R4)	DOU 22/12/2017	Tributos sobre o Lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 33 (R2)	DOU 06/11/2015	Benefícios a Empregados	CPC 33R1	IAS 19
NBC TG 35 (R2)	DOU 26/12/2014	Demonstrações Separadas	CPC 35 R2	IAS 27
NBC TG 36 (R3)	DOU 06/11/2015	Demonstrações Consolidadas	CPC 36 R3	IAS 27
NBC TG 37 (R5)	DOU 22/12/2017	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	CPC 37R1	IFRS 1
NBC TG 39 (R5)	DOU 22/12/2017	Instrumentos Financeiros: Apresentação	CPC 39	IAS 32
NBC TG 40 (R3)	DOU 22/12/2017	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	CPC 40	IFRS 7
NBC TG 41 (R2)	DOU 22/12/2017	Resultado por Ação	CPC 41	IAS 33
NBC TG 42	DOU 21/12/2018	Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	CPC 42	IAS 29
NBC TG 43	1.315/10	Adoção Inicial das NBC Ts Convergidas em 2009	CPC 43R1	Não há.
NBC TG 44	DOU 26/06/2013	Demonstrações Combinadas	CPC 44	Não há.

NBC TG 45 (R3)	DOU 22/12/2017	Divulgação de Participações em Outras Entidades	CPC 45	IFRS 12
NBC TG 46 (R2)	DOU 22/12/2017	Mensuração do Valor Justo	CPC 46	IFRS 13
NBC TG 47	DOU 22/12/2016	Receita de Contrato com Cliente	CPC 47	IFRS 15
NBC TG 48	DOU 22/12/2016	Instrumentos Financeiros	CPC 48	IFRS 9
NBC TG 49	DOU 24/5/2018	Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria	CPC 49	IAS 26
NBC TG 50	DOU 02/09/2021	Contratos de Seguro	CPC 50	IFRS 17
NBC TG 900	DOU 20/4/2021	Entidades em Liquidação	CPC Entidades em Liquidação	Não há.
ITG 01 (R1)	DOU 22/12/2017	Contratos de Concessão	ICPC 01R1	IAS12
ITG 07 (R1)	DOU 20/12/2013	Distribuição de Lucros in Natura	ICPC 07	IAS 17
ITG 08	1.398/12	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos	ICPC 08 R1	Não há.
ITG 09 (R1)	DOU 22/12/2016	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	ICPC 09	Não há.
ITG 10	1.263/09	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento	ICPC 10	Não há.
ITG 12	1.265/09	Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares	ICPC 12	IAS 1
ITG 13 (R2)	DOU 22/12/2017	Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental	ICPC 13	IAS 5
ITG 15	1.289/10	Passivos Decorrentes de Participação em Mercado Específico – Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos	ICPC 15	IAS 6

ITG 16 (R2)	DOU 22/12/2017	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais	ICPC 16	IAS 19
ITG 17	1.375/11	Contratos de Concessão: Evidenciação	ICPC 17	SIC 29
ITG 18	DOU 19/09/2013	Custos de Remoção de Estéril de Mina de Superf Fase de Produção	ICPC 18	IFRIC 20
ITG 19	DOU 01/12/2014	Tributos	ICPC 19	IFRIC 21
ITG 20	DOU 28/11/2014	Limite de ativo de benefício definido, requisitos de custeio (funding) mínimo e sua interação	ICPC 20	IFRIC 14
ITG 21	DOU 22/12/2017	Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento	ICPC 21	IFRIC 22
ITG 22	DOU 21/12/2018	Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro	ICPC 22	IFRIC 23
ITG 23	DOU 21/12/2018	Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista na NBCTG 42	ICPC 23	IFRIC 7
CTG 01	1.154/09	Entidades de Incorporação Imobiliária	OCPC 01	Não há.
CTG 02	1.157/09	Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008	OCPC 02	Não há.
CTG 04	1.317/10	Aplicação da Interpretação Técnica ITG 02 – Contrato de Construção do Setor Imobiliário	OCPC 04	Não há.
CTG 05	1.318/10	Contratos de Concessão	OCPC 05	Não há.
CTG 06	DOU 26/06/2013	Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma	OCPC 06	Não há.
CTG 07	DOU 01/12/2014	Evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral	OCPC 07	Não há.
CTG 08	DOU 12/12/2014	Reconhecimento de determinados ativos e passivos nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das distribuidoras de energia elétrica emitidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade	OCPC 08	Não há.

CTG 09	DOU 28/12/2020	Correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado	OCPC 09	Não há.
------------------------	-------------------	--	-------------------------	---------

O objetivo é evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento, atendendo as Normas e a legislação vigente.

2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis, a Câmara Municipal de Palmitos SC, fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) Os bens de infraestrutura vêm sendo reconhecidos conforme estão sendo realizados.

b) Na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, está definida no Manual de controle físico e contábil do patrimônio da Câmara Municipal de Palmitos SC. A tabela foi elaborada conforme vida útil estimada para cada classe de bens, de acordo com a realidade de uso e conservação do bem. A Câmara Municipal de Palmitos SC, não possui bem intangíveis.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Conta	Descrição	Valor
1.1.1.1.1.19.00.04	Banco conta movimento e vinculada	0,00
Total		0,00

3.2 Estoques

Conta	Descrição	Valor
1.1.5.6.1.01.00.02	Material de Limpeza e Higienização	430,34
1.1.5.6.1.01.00.04	Material de Copa e Cozinha	120,93
1.1.5.6.1.07.00.01	Material de Expediente	235,00
Total		786,27

3.3 Direitos, créditos e valores a curto prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.9.1.1	Prêmios de Seguro a Apropriar	1.670,07
Total		1.670,07

3.4 Imobilizado

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, a Câmara Municipal de Palmitos, SC, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado. Segue tabela de depreciação da Câmara de Palmitos, SC:

MASCARA	DESCRIÇÃO	VIDA UTIL	VALOR RESIDUAL
1.2.3.1.1.01.00	MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMÁTICA		
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	5	10
1.2.3.1.1.03.00	MÓVEIS E UTENSÍLIOS		
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10
1.2.3.1.1.03.03	MÓVEIS E UTENSILIOS	10	10
1.2.3.1.1.03.03	QUADROS E MOLDURAS	10	10
1.2.3.1.1.04.00	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10
1.2.3.1.1.05.00	VEÍCULOS		
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	5	10
1.2.3.2.0.00.00	BENS IMÓVEIS		
1.2.3.2.1.00.00	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO		

1.2.3.2.1.01.00	BENS DE USO ESPECIAL		
1.2.3.2.1.01.04	EDIFÍCIOS	25	10
1.2.3.2.1.01.04	TERRENOS		

O valor residual corresponde ao percentual que permanece do valor do bem.

3.5 Valor econômico do patrimônio

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio da Câmara Municipal de Palmitos, SC, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2023:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2023
123110105	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO	7.353,99
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	113.505,54
123110199	APARELHOS E INSTRUMENTOS	16.792,00
123110201	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	111.999,96
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	6.433,00
12311302	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS PARA ESCRITÓRIO	71.086,00
123110303	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	344.458,23
123110401	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	10.085,00
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	54.638,36
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	125,00
123110499	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	21.729,51
123110503	VEÍCULOS	106.500,00
123210103	EDIFICIOS	1.534.485,42
123210104	TERRENOS/GLEBAS	59.500,00
123810101	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MAQ., APARELHOS E EQUIP.	14.309,99
123810102	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA BENS DE INFORMATICA	41.028,34
123810103	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	58.583,52
123810104	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULT. EDUCAC.	15.102,15
123810105	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS.	95.864,38
1238102	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA BENS IMÓVEIS	231.287,90
TOTAL		2.002.515,73

3.6 Intangível

A Câmara Municipal de Palmitos SC não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

Passivos

3.7 Obrigações

Saldo das obrigações Trabalhistas a pagar para 2024:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
2.1.1.1.1.01.02	Decimo terceiro salario	33.467,22
2.1.1.1.1.01.03	Férias	11.346,12
TOTAL		44.813,34

3.8 Variações patrimoniais diminutivas

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
3.1.1	Remuneração a pessoal	1.535.365,00	41,25
3.1.2	Encargos patronais	215.174,23	5,78
3.3.1	Uso de material de consumo	109.909,41	2,95
3.3.2	Serviços	987.983,36	26,54
3.3.3	Depreciação	84.222,58	2,26
3.5.1	Transferências intragovernamentais	760.217,69	20,42
3.5.3	Transferências a instituições privadas	29.219,76	0,80
3.7.1	Impostos, Taxas e Contribuições	142,69	0,00
Total		3.722.234,72	100

3.9 Variações patrimoniais aumentativas

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
4.5.1	Transferências intragovernamentais	3.546.000,00	100
Total		3.546.000,00	100

3.10 Receitas e despesas, transferências financeiras

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As transferências intraorçamentárias representaram R\$ 3.546.000,00, envolvendo as Entidades Câmara de Vereadores e Prefeitura.

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

A Câmara Municipal de Vereadores de Palmitos SC, não possui passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.

4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro

Não foram realizados em 2022 ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2023

Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos no sistema informatizado e incluem os dados do Poder Legislativo.

São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as

orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Desde a adoção do novo PCASP, em 2015, foi realizado grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: a reavaliação patrimonial (bens

móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; e o controle de estoque.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Nas páginas a seguir você é convidado a acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial por meio da análise dos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2023 e das Notas Explicativas relacionadas.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a população e o Poder Legislativo Municipal, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dinamizar o controle

social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Poder Legislativo Municipal.

A missão cabe ao Setor de Contabilidade, responsável por organizar e consolidar os dados contábeis, oriundos do sistema informatizado de contabilidade e dos atos de gestão. A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a execução orçamentária do Poder Legislativo. Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público. Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental. Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Poder Legislativo Municipal, o Setor de Contabilidade não tem medido esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil, atendendo os preceitos da Lei Federal Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, disponibilizando informações na página do sitio oficial do Poder Legislativo Municipal.

1 Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário do Poder Legislativo demonstrará as transferências financeiras concedidas e recebidas no exercício (receitas), bem como as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A execução do orçamento da Entidade Câmara Municipal de Vereadores de Palmitos em 2023 apresentou os seguintes resultados:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	2023
RECEITAS	
	Valor
Previsão Inicial da Receita	3.546.000,00
Previsão Atualizada da Receita	3.546.000,00
Receitas Realizadas Líquida	2.785.782,31
Déficit Orçamentário	760.217,69
DESPESAS	
	Valor
Dotação Inicial	3.546.000,00
Créditos Adicionais	0,00
Dotação Atualizada	3.546.000,00
Despesas Empenhadas	2.785.782,31
Despesas Liquidadas	2.785.782,31
Despesa Paga	2.785.782,31
Superávit Orçamentário	760.217,69

1.1 Previsão da receita versus arrecadação, analisando os casos de insuficiência e excesso de arrecadação, buscando informar as causas

O valor total previsto para transferência financeira foi recebido pelo Poder Legislativo. Não houve excesso ou insuficiência de arrecadação.

1.2 Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor
Prefeitura	Câmara	3.546.000,00
Câmara	Prefeitura	0,00

1.3 Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários

Não foram reabertos créditos adicionais no exercício.

1.4 Detalhamento da execução das despesas – análise da dotação inicial versus dotação atualizada, identificando e mostrando os atos que proporcionaram o acréscimo ou a redução da despesa e destacando os tipos de crédito (iniciais, suplementares, especiais ou extraordinários)

Detalhamento da execução das despesas

Créditos dotação inicial	Créditos Suplementares	Créditos Especiais	Reduções	dotação atualizada	Diferença
3.546.000,00	0,00	0,00	0,00	3.546.000,00	0,00

1.5 Analisar a execução da despesa, considerando a dotação atualizada, a despesa empenhada, a liquidada e a paga, fazendo interferências sobre as diferenças entre cada fase, buscando sempre informar as causas do fenômeno

Dotação Atualizada	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesa paga		
3.546.000,00	2.785.782,31	2.785.782,31	2.785.782,31		

1.6 Avaliar o estoque de restos a pagar processados e não processados, comparando os valores inscritos com os valores executados no exercício

RESTOS A PAGAR	Valor
Processados	0,00
Não processados	0,00

A Câmara de Palmitos não possui um saldo de restos a pagar.

2 Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial

2.1 Caixa e equivalente de caixa

Valor de R\$ 0,00, sem saldo em caixa pois não ficou restos a pagar.

2.2 Imobilizado – inclusive Reavaliações e Reduções ao valor recuperável;

Está lançado com o valor de aquisição, não sendo reavaliado nos últimos anos

2.3 Fornecedores;
Não há saldo.

2.4 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;
Valor de férias a pagar no montante de R\$ 11.346,12
Valor de Decimo terceiro a pagar de R\$ 33.467,22

2.5 Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.
Não há informações.

3 Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais

3.1 Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado

A Câmara não possui

3.4 Baixas de investimento

A Câmara não possui

3.3 Constituição ou reversão de provisões.

A Câmara não possui

4 Notas Explicativas ao Balanço Financeiro

4.1 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

A Câmara de Palmitos recebeu a quantia de R\$ 3.546.000,00 de repasse duodécimo da Prefeitura Municipal de Palmitos.

Durante o exercício 2023 a Câmara de Palmitos devolveu ao município de Palmitos a quantia de R\$ 760.217,69 referente à devolução duodécimo.

4.2 Retenções tributárias

Durante o exercício de 2023 foram retidas de ISSQN sobre Notas Fiscais de prestação de serviços no ato da liquidação dos empenhos a montante de R\$ 3.468,36

Valor retido de Imposto de Renda Retido na Fonte no ato da liquidação dos empenhos no valor de R\$ 57.299,99, sendo esta retenção sobre salários de servidores e subsídios de vereadores.

Valor retido de INSS no ato da liquidação dos empenhos no montante de R\$ 110.129,85 referente valores retidos sobre salários de servidores e subsídios de vereadores.

E o valor de R\$ 62.048,51 em rendimentos de aplicação financeira que estavam aplicados junto a Caixa Econômica Federal e devolvidos ao Município.

4.3 Restos a pagar processados e não processados

Não há saldo no final do exercício.

5 Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	Exercício 2023
Ingressos	3.795.105,43
Outros ingressos operacionais	3.795.105,43
Desembolsos	3.335.155,89
Pessoal e demais despesas	2.294.813,01
Outras Transferências Concedidas	31.019,76
Outros desembolsos operacionais	1.009.323,12
Fluxo de caixa Líquido Operacional	459.949,54

FLUXO DE CAIXA INVESTIMENTO	Exercício 2023
Aquisição de ativo não circulante	(414.774,54)
Outros desembolsos de investimentos	(45.175,00)
Fluxo de caixa Líquido Investimento	(459.949,54)

FLUXO DE CAIXA FINANCIAMENTO	Exercício 2023
Fluxo de caixa Líquido Investimento	0,00

6 Notas Explicativas à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

6.1 Capital/Patrimônio Social

Saldo inicial exercício atual	903.109,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
Aumento de capital	0,00
Resultado do exercício	0,00
Constituição/reversão de reservas	0,00
Dividendos	0,00
Saldo Final Exercício Atual	903.109,34

6.2 Resultados Acumulados

Saldo inicial exercício atual	239.450,47
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
Aumento de capital	0,00
Resultado do exercício	519.095,69
Constituição/reversão de reservas	0,00
Dividendos	0,00
Saldo Final Exercício Atual	758.546,16

6.3 Ajustes dos exercícios anteriores
A Câmara não teve estes ajustes.

6.4 Ajustes de avaliação patrimonial
A Câmara não teve estes ajustes.

Total das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldo inicial exercício atual	1.142.559,81
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
Aumento de capital	0,00
Resultado do exercício	519.095,69
Constituição/reversão de reservas	0,00
Dividendos	0,00
Saldo Final Exercício Atual	1.661.655,50

Considerações Finais

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

PALMITOS, SC, 19 de fevereiro de 2023.

Claudiomar da Silva
Presidente Atual

Sidinei Endler
CRC SC-023497/0-9
Contador Atual